

Pesquisa mapeia os riscos para o setor de apólices em nível global

Os crimes cibernéticos são o maior temor das seguradoras no Brasil e no mundo. A conclusão está no recorte brasileiro da pesquisa “Banana Skins - Quais são os maiores riscos enfrentados pela indústria de seguros?”, levantamento global que ouviu mais de 500 líderes empresariais de 39 países. O estudo está em sua 9ª edição e mapeia os riscos mais urgentes que o mercado segurador enfrenta e enfrentará nos próximos três anos no mundo.

Após ataques cibernéticos, estão entre as principais preocupações das seguradoras brasileiras: transformações tecnológicas; macroeconomia; regulamentação; gestão de mudanças; inteligência artificial; taxas de juros; redução de custos; competição; e capital humano.

A principal diferença entre as preocupações dos líderes do Brasil e a média global é a atenção das seguradoras às mudanças climáticas. Na classificação mundial, o tema está na terceira posição da lista, enquanto no Brasil só aparece em 13º lugar - embora a Susep tenha induzido que os seguros absorvam os riscos climáticos em suas matrizes e a Cnseg esteja propondo a criação de um seguro obrigatório para catástrofes, que proteja vítimas de tragédias como enchentes.

Além das mudanças climáticas, o setor de seguros enfrenta desafios relacionados às novas regulamentações, à disrupção tecnológica e a mudanças nas demandas e preferências dos consumidores, além da crescente concorrência de novos players.

“É imprescindível entender o ambiente geopolítico, as incertezas do mercado e o multiverso dos riscos, a fim de aproveitar cada vez mais as oportunidades e inovações tecnológicas que estão surgindo e remodelando o segmento no país”, explica a sócia e líder da indústria de Seguros na PwC Brasil, Maria José Cury.

Novas obrigações impactam o setor

Os riscos regulatórios aparecem na quarta posição entre as dez maiores preocupações para o setor de seguros no Brasil e, em segundo lugar no mundo. De acordo com Maria José Cury, esta preocupação do setor está relacionada ao volume crescente de regras e regulamentações.

“São exemplos as novas obrigações de divulgação impostas pela adoção da IFRS 17, assim como a necessidade de relatar riscos não financeiros associados à agenda ESG. Essas exigências ampliam o escopo de responsabilidades das empresas e podem influenciar o risco reputacional”, explica a sócia da PwC Brasil.

Além disso, com o crescimento das regulamentações internacionais e dos padrões de divulgação, a percepção desse risco está aumentando globalmente. Isso inclui normas como a IFRS 17, leis de proteção de dados e do consumidor e a diretiva Solvência II, entre outras.

Indústria é mais conservadora na adoção de novas tecnologias

Em paralelo aos riscos cibernéticos, o risco relacionado à tecnologia foi outro destaque da pesquisa, tanto no Brasil quanto no mundo. Uma dificuldade enfrentada pelas seguradoras nesse contexto é o desafio de acompanhar as mudanças tecnológicas, como a adoção de modelos de negócios digitais e o desenvolvimento de recursos e interfaces para o cliente.

O sócio da PwC e especialista em governança, riscos e regulação Fábio Coimbra explica que um dos grandes obstáculos da transformação digital é o custo associado, principalmente quando não está claro por quanto tempo os novos sistemas de tecnologia da informação permanecerão relevantes. “Ainda mais arriscado é adiar esse investimento, o que pode resultar em custos operacionais mais elevados em comparação com concorrentes mais avançados. Isso cria um dilema de investimento em tecnologia, em que as seguradoras precisam equilibrar o custo e a necessidade de

modernização para permanecerem competitivas e eficientes”, pondera o sócio.

“Os riscos para as empresas nunca foram tão complexos e interconectados. A abordagem de gestão de riscos deve ir muito além das ações de mitigação e gestão da pauta regulatória. As empresas precisam transformar suas capacidades relacionadas a riscos, buscando resiliência, adaptando suas estratégias e seus modelos operacionais para evitar disrupções e potencializar o crescimento sustentável”, conclui Coimbra.

Fonte: CDI, em 19.04.2024